26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

PARA ALÉM DO ACESSO: DIRETRIZES PARA ACOLHIMENTO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES COTISTAS RACIAIS NOS CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA

BEYOND ACCESS: *GUIDELINES FOR THE ADMISSION AND RETAINMENT OF STUDENTS FROM RACIAL MINORITY GROUPS IN LIBRARY SCIENCE PROGRAMS*

Kariane Regina Laurindo – Universidade Federal de Minas Gerais /(UFMG)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: As políticas de ações afirmativas ampliaram o acesso de estudantes negros ao ensino superior brasileiro, contribuindo para a democratização da educação. Entretanto, o ingresso universitário não garante, por si só, condições efetivas de acolhimento, pertencimento e permanência. Este trabalho tem como objetivo propor diretrizes para o acolhimento e a permanência de estudantes cotistas raciais nos cursos de Biblioteconomia de instituições públicas brasileiras. Trata-se de pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, construída a partir de recorte analítico de pesquisa de doutorado desenvolvida com estudantes cotistas raciais. Os resultados evidenciam experiências marcadas por microagressões, racismo, dificuldades financeiras, isolamento e senso de não pertencimento nos espaços universitários. A partir das narrativas analisadas, foram elaboradas diretrizes voltadas ao acolhimento institucional, à permanência estudantil, à formação antirracista, ao enfrentamento do racismo institucional e ao fortalecimento da representatividade. Conclui-se que a democratização do ensino superior exige ações institucionais comprometidas com a equidade racial e a construção de ambientes acadêmicos mais inclusivos.
Palavras-chave: cotas raciais; ações afirmativas; Lei 12.711/2012; permanência estudantil; Biblioteconomia.

Abstract*:* Affirmative action policies have expanded access to higher education for Black students in Brazil, contributing to the democratization of education. However, university admission alone does not guarantee effective conditions for support, belonging, and academic persistence. This study aims to

propose guidelines for the support and retention of racial quota students in Library and Information Science programs at Brazilian public universities. The research adopts a qualitative, bibliographic, and documentary approach based on an analytical section of a doctoral study conducted with racial quota students. The findings reveal experiences marked by microaggressions, racism, financial difficulties, isolation, and feelings of not belonging within academic environments. Based on the narratives analyzed, guidelines were developed focusing on institutional support, student retention, anti-racist education, combating institutional racism, and strengthening representation. The study concludes that the democratization of higher education requires institutional actions committed to racial equity and the construction of more inclusive academic environments.
Keywords: racial quotas; affirmative action; Law 12.711/2012; student retention; Library science.

1 INTRODUÇÃO

As políticas de ações afirmativas representam importante marco na democratização do acesso ao ensino superior brasileiro, especialmente para grupos historicamente excluídos pelas desigualdades raciais estruturais. A implementação das cotas raciais nas universidades públicas ampliou a presença de estudantes negras e negros em espaços historicamente marcados por barreiras de acesso, permanência e reconhecimento.

No campo da Biblioteconomia, essas transformações também impactaram a composição dos cursos e ampliaram a diversidade racial no ambiente universitário. Entretanto, embora o acesso ao ensino superior tenha avançado, a permanência estudantil e o acolhimento institucional ainda permanecem como desafios centrais para estudantes ingressantes por cotas raciais (Jesus, 2024).

Muitas dessas estudantes e desses estudantes vivenciam processos de isolamento, invisibilização e racismo institucional no cotidiano universitário, evidenciando que a democratização do acesso não garante, por si só, pertencimento e permanência nos espaços acadêmicos.

Nesse contexto, compreender as vivências de estudantes cotistas raciais nos cursos de Biblioteconomia torna-se fundamental para a construção de práticas institucionais comprometidas com a equidade racial, a justiça social e a responsabilidade social universitária.

O presente trabalho tem como objetivo propor diretrizes para o acolhimento e a permanência de estudantes cotistas raciais nos cursos de Biblioteconomia de instituições públicas brasileiras, a partir das narrativas de estudantes ingressantes por ações afirmativas raciais. Busca-se contribuir para o fortalecimento de práticas institucionais antirracistas e para o aprofundamento das discussões sobre democratização da informação, relações étnico-raciais

e responsabilidade social da Biblioteconomia e da Ciência da Informação.

Os dados apresentados constituem desdobramento de pesquisa de doutorado que investigou, por meio das narrativas de estudantes cotistas raciais, suas percepções acerca das cotas raciais e das experiências vivenciadas no ensino superior. A amplitude e densidade dos relatos possibilitaram novos recortes analíticos, entre eles a discussão proposta neste estudo.

2 AÇÕES AFIRMATIVAS E DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

As ações afirmativas são mecanismos de inclusão de grupos historicamente marginalizados em espaços de exclusão sistemática. No ambiente universitário, a presença de estudantes negras e negros tensiona estruturas elitizadas e racialmente excludentes, ampliando a representatividade acadêmica.

No Brasil, essa trajetória antecede as cotas raciais atuais. Em 1968, a “Lei do Boi” (Lei Federal nº 5.465/1968) destinava 50% das vagas no ensino superior a filhos de agricultores (Brasil, 1968). Contudo, por exigir condições materiais de permanência nas capitais, a medida beneficiava majoritariamente grupos economicamente favorecidos (Magalhães, 2015).

A virada democrática ocorreu com a Lei nº 12.711/2012, que ampliou expressivamente o acesso de pretos, pardos, indígenas, quilombolas e estudantes de baixa renda às universidades públicas (Brasil, 2012). Posteriormente, a Lei nº 14.723/2023 consolidou a permanência estudantil como eixo central, estabelecendo prioridade em auxílios financeiros e estendendo as ações afirmativas à pós-graduação.

Essas atualizações legislativas refletem o entendimento de que o acesso, por si só, não efetiva a democratização. Como sinalizam Jesus (2024) e Vaz (2022), discentes cotistas enfrentam barreiras econômicas, jornadas exaustivas de trabalho e racismo institucional. Logo, urge que as universidades desenvolvam políticas institucionais integradas de acolhimento e equidade racial.

2.1 PERMANÊNCIA ESTUDANTIL E RACISMO INSTITUCIONAL

A discussão sobre permanência exige reconhecer que as barreiras enfrentadas por estudantes negros resultam de um longo processo de exclusão educacional no Brasil (Laurindo, 2025). Portanto, esses desafios não podem ser analisados fora das estruturas sociais que historicamente limitaram o acesso dessa população à educação formal.

O discurso meritocrático ignora deliberadamente essas desigualdades estruturais.

Conforme discutem Domingues (2016) e Mendes (2024), a premissa de igualdade de oportunidades desconsidera que a população negra foi privada historicamente de direitos básicos e mobilidade social. Paralelamente, a falácia da democracia racial opera invisibilizando o racismo institucional ao tratar episódios de discriminação como fatos isolados, em vez de práticas estruturais (Laurindo, 2021).

Historicamente, a educação formal foi utilizada como engrenagem de manutenção de assimetrias sociais e raciais (Domingues, 2016; Fonseca, 2016). Mesmo após a abolição, mecanismos econômicos e sociais continuaram restringindo a permanência negra. Relatos do jornal "O Exemplo", em 1904, já denunciavam humilhações e exclusões sofridas por crianças negras nas escolas públicas (Ramos, 1904). Embora distantes no tempo, tais episódios guardam forte paralelo com as violências simbólicas e institucionais que estudantes cotistas enfrentam hoje na universidade.

Assim, a permanência estudantil ultrapassa a dimensão financeira: abrange pertencimento, reconhecimento e saúde emocional. Atualmente, o aluno negro lida com cansaço extremo e episódios de racismo por parte de colegas, docentes e técnicos (Laurindo, 2025). O racismo institucional se manifesta justamente na omissão das universidades em combater as desigualdades geradas em seus próprios espaços. Sob essa ótica, a evasão de estudantes cotistas deve ser encarada como um sintoma da ausência de políticas institucionais de acolhimento eficazes (Jesus, 2024; Vaz, 2022).

Assim, democratizar o ensino superior exige ir além da garantia de vagas. É imperativo construir políticas comprometidas com a equidade e com o fortalecimento das trajetórias de estudantes negros, especialmente nos cursos de Biblioteconomia.

3 BIBLIOTECONOMIA, RESPONSABILIDADE SOCIAL E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A Biblioteconomia e a Ciência da Informação constituem campos historicamente relacionados à produção, organização e legitimação do conhecimento. Embora frequentemente associadas à democratização da informação, suas trajetórias foram construídas em estruturas marcadas por desigualdades raciais e pela valorização de epistemologias eurocêntricas.

A constituição histórica dos cursos de Biblioteconomia no Brasil evidencia o caráter seletivo desses espaços. Conforme Almeida e Baptista (2013), o ingresso no primeiro curso de Biblioteconomia do país exigia conhecimentos específicos em línguas estrangeiras, literatura e história universal, refletindo um modelo voltado às elites intelectuais. Nesse contexto, Cardoso

(2015) destaca que bibliotecas e universidades podem reproduzir mecanismos de exclusão ao privilegiarem determinados referenciais culturais e invisibilizarem saberes produzidos por populações historicamente marginalizadas.

Silva, Saldanha e Pizarro (2018) apontam que a reduzida presença de discussões sobre relações raciais nos currículos da área contribui para a manutenção de práticas de branquitude e racismo institucional. Nessa perspectiva, Bento (2022) auxilia na compreensão de como privilégios raciais são reproduzidos também nos processos de legitimação do conhecimento científico. Em contraposição a essa lógica, Garcês-da-Silva (2023), ao discutir a Biblioteconomia Negra, denuncia processos de epistemicídio e apartheid epistêmico presentes na área e defende a valorização de epistemologias negro-africanas e de práticas informacionais comprometidas com a equidade racial.

A atuação da pessoa bibliotecária, portanto, ultrapassa dimensões estritamente técnicas, a profissão possui uma função social vinculada à transformação da realidade. Nesse sentido, Oliveira (2010) destaca a informação étnico-racial como instrumento de valorização da produção intelectual afrodescendente e de enfrentamento ao racismo.

Assim, discutir Biblioteconomia, Ciência da Informação e relações étnico-raciais implica reconhecer a responsabilidade dessas áreas na construção de ambientes acadêmicos e informacionais mais democráticos, inclusivos e antirracistas, comprometidos com o acesso, o acolhimento e a permanência de estudantes cotistas raciais.

4 METODOLOGIA

O presente artigo caracteriza-se como pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, construída a partir de recorte analítico da pesquisa de doutorado sobre as vivências de estudantes ingressantes por cotas raciais nos cursos presenciais de Biblioteconomia de instituições públicas brasileiras.

A pesquisa bibliográfica fundamenta-se em produções relacionadas às ações afirmativas, permanência estudantil, racismo institucional, relações étnico-raciais, Biblioteconomia e Ciência da Informação, dialogando com autoras e autores que discutem a democratização do ensino superior e a responsabilidade social das áreas informacionais. Já a pesquisa documental contempla legislações, políticas públicas e documentos institucionais relacionados às ações afirmativas e à permanência estudantil no ensino superior brasileiro, com destaque para a Lei nº 12.711/2012 e suas atualizações (Brasil, 2012).

O artigo utiliza narrativas e análises produzidas no âmbito da pesquisa de doutorado, construída por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com estudantes ingressantes por cotas raciais nos cursos presenciais de Biblioteconomia de instituições públicas brasileiras. Os dados utilizados são de autoria da pesquisadora e integram o conjunto de dados científicos produzidos na investigação, dialogando com discussões sobre gestão, preservação e uso ético de dados de pesquisa, em consonância com os princípios dos Planos de Gestão de Dados (PGD).

As narrativas foram utilizadas como subsídio para a reflexão sobre acolhimento, pertencimento, permanência estudantil e racismo institucional, contribuindo para a elaboração das diretrizes apresentadas neste estudo.

Os dados empíricos de autoria da pesquisadora que foram produzidos no âmbito da pesquisa de doutorado, por meio de entrevistas semiestruturadas com 16 estudantes cotistas raciais de cursos presenciais de Biblioteconomia de instituições públicas federais e estaduais das regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Norte do Brasil. As entrevistas foram registradas em áudio e posteriormente analisadas a partir das narrativas produzidas, buscando identificar recorrências e aspectos significativos das experiências relatadas, que foram organizados em categorias temáticas relacionadas à permanência, ao pertencimento, às dificuldades financeiras, às microagressões, ao racismo e à heteroidentificação (Laurindo, 2025).

Neste artigo, esse conjunto de dados é retomado sob novo recorte analítico, com foco no acolhimento e na permanência estudantil. Os dados integram o conjunto de dados científicos produzidos na investigação e dialogam com discussões sobre gestão, preservação e uso ético de dados de pesquisa, em consonância com os princípios dos Planos de Gestão de Dados.

5 ENTRE O INGRESSO E A PERMANÊNCIA: DESAFIOS DAS ESTUDANTES E DOS ESTUDANTES COTISTAS RACIAIS - RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados deste trabalho derivam de pesquisa de doutorado realizada com estudantes cotistas raciais dos cursos de Biblioteconomia de instituições públicas brasileiras das regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Norte. A análise das narrativas permitiu identificar diferentes experiências relacionadas à permanência no ensino superior, marcadas por invisibilidade, racismo e dificuldades acadêmicas e financeiras.

Os relatos evidenciam que o acesso à universidade não garante, por si só, pertencimento e permanência. Destacaram-se aspectos relacionados às microagressões, ao senso de não pertencimento, à solidão, às dificuldades financeiras, às experiências de racismo e à insegurança

diante das comissões de heteroidentificação. As narrativas revelam que a universidade ainda é percebida como um espaço historicamente não pensado para corpos negros, produzindo sentimentos de deslocamento, insegurança e isolamento.

As microagressões aparecem de forma recorrente nas narrativas, muitas vezes manifestadas em comentários aparentemente sutis, mas que reforçam processos de inferiorização e não pertencimento. Uma das participantes relata:

“Eu sempre sentia que precisava provar que merecia estar ali. Parecia que qualquer erro meu era maior do que o erro das outras pessoas.” (Dados da pesquisa, 2025).

A fala evidencia o que Bento (2022), Gomes (2022) e Vaz (2022) descrevem acerca da posição constante de vigilância ocupada por estudantes cotistas raciais, carregando o peso de representar não apenas suas trajetórias individuais, mas também a legitimidade das políticas de ações afirmativas. Esse sentimento aparece articulado ao medo de confirmação de estereótipos raciais historicamente construídos sobre a população negra .

Além disso, o isolamento e a solidão acadêmica também se mostraram presentes nos diálogos. Muitas participantes relataram dificuldades em construir vínculos dentro da universidade, especialmente em espaços marcados pela baixa presença de estudantes negras e negros. Uma estudante afirma:

“Na minha turma quase não tinha pessoas negras. Às vezes eu olhava em volta e parecia que eu não fazia parte daquele lugar.” (Dados da pesquisa, 2025).

O senso de não pertencimento relatado nas entrevistas demonstra como a permanência estudantil ultrapassa a dimensão financeira, envolvendo também aspectos subjetivos e emocionais relacionados ao reconhecimento e à representatividade. Nogueira (2021), infere que os atributos físicos do negro, em especial a cor da pele, foram associados a estereótipos morais e intelectuais negativos.

A ausência de referências negras entre colegas, docentes e profissionais das instituições contribui para o fortalecimento de sentimentos de invisibilidade e exclusão.

As dificuldades econômicas também aparecem como fator central nas trajetórias acadêmicas das pessoas entrevistadas. Em diversos relatos, as estudantes e os estudantes destacaram a necessidade de conciliar trabalho e estudos para garantir a permanência no ensino superior. Uma participante descreve:

“Teve momentos em que eu pensei em desistir porque não tinha dinheiro nem para

alimentação e transporte.” (Dados da pesquisa, 2025).

As falas evidenciam que o acesso à universidade não elimina as desigualdades sociais e raciais que atravessam a vida dessas estudantes e desses estudantes, como bem mencionam Vaz (2022) e Jesus (2024) sobre dificuldades econômicas, deslocamentos extensos e as jornadas duplas de trabalho. Muitos passam a enfrentar jornadas exaustivas para permanecer na graduação, lidando simultaneamente com dificuldades financeiras, demandas familiares e pressões acadêmicas.

Outro aspecto recorrente nas narrativas refere-se às experiências de racismo institucional vivenciadas dentro das universidades. Os relatos apontam que situações discriminatórias não se restringem às relações entre estudantes, mas também aparecem nas interações com docentes e técnicas/os administrativas/os. Uma participante relata:

“Teve professor que fazia comentário sobre cotas como se a gente estivesse ocupando um lugar que não era nosso.” (Dados da pesquisa, 2025).

Tais experiências demonstram como discursos meritocráticos continuam presentes no ambiente universitário, contribuindo para a deslegitimação das políticas de ações afirmativas e para a produção de constrangimentos direcionados às pessoas cotistas raciais.

As comissões de heteroidentificação também aparecem nas narrativas como espaços atravessados por medo, insegurança e constrangimento. Embora reconhecidas pelas participantes como importantes mecanismos de combate às fraudes, muitas relataram sofrimento emocional durante o processo. Conforme descreve uma entrevistada:

“Eu sabia quem eu era, mas parecia que naquele momento eu precisava convencer outras pessoas da minha própria identidade.” (Dados da pesquisa, 2025).

A fala evidencia as complexidades emocionais envolvidas nos processos de validação racial, especialmente em uma sociedade marcada historicamente pela negação da identidade negra e pela valorização da branquitude (Gomes, 2022; Souza, 2021).

Nesse sentido, Souza (2021) descreve que “Ser negro é, além disso, tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece”.

Dessa maneira, as narrativas analisadas demonstram que os desafios enfrentados por estudantes cotistas raciais no ensino superior são múltiplos e atravessados por dimensões econômicas, sociais, institucionais e subjetivas. Mais do que garantir o ingresso, torna-se

necessário construir políticas institucionais comprometidas com o acolhimento, o pertencimento e a permanência dessas estudantes e desses estudantes nos cursos de Biblioteconomia.

Diante disso, o presente trabalho propõe diretrizes voltadas às instituições de ensino superior e aos cursos de Biblioteconomia, buscando contribuir para a construção de práticas institucionais de acolhimento e permanência estudantil racialmente comprometidas, proporcionando condições para que estudantes possam desenvolver suas trajetórias acadêmicas com dignidade, segurança e pertencimento a um lugar de acolhimento em que possam se sentir confiantes para destinar suas energias apenas aos estudos, como deveria ser.

5.1 DIRETRIZES PARA ACOLHIMENTO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES COTISTAS RACIAIS NOS CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA

A construção de políticas institucionais de acolhimento mostra-se fundamental diante das narrativas que evidenciaram sentimentos de isolamento, invisibilidade e não pertencimento vivenciados por estudantes cotistas raciais no ensino superior. Embora o ingresso universitário represente uma importante conquista social e educacional, ele não garante, por si só, condições efetivas de permanência e acolhimento.

Nesse sentido, o presente trabalho propõe cinco diretrizes voltadas às instituições de ensino superior e aos cursos de Biblioteconomia, buscando contribuir para a construção de práticas institucionais antirracistas comprometidas com o pertencimento, a permanência e o fortalecimento das trajetórias acadêmicas de estudantes cotistas raciais.

5.1.1. Construção de políticas institucionais de acolhimento

As narrativas analisadas evidenciaram sentimentos de isolamento, invisibilidade e não pertencimento entre estudantes cotistas raciais, indicando que o ingresso na universidade não assegura, por si só, condições de acolhimento e integração acadêmica. Essas narrativas dialogam com Jesus (2024) e Vaz (2022), ao evidenciarem que estudantes negros ingressantes por ações afirmativas enfrentam barreiras que ultrapassam o acesso, envolvendo condições materiais, relações institucionais e experiências de reconhecimento no espaço universitário. Na perspectiva de Bento (2022), tais experiências também devem ser compreendidas em relação à reprodução de privilégios e desigualdades raciais nas instituições.

A articulação entre as experiências relatadas e essas discussões teóricas evidencia a

necessidade de transformar o acolhimento em uma responsabilidade institucional contínua, e não apenas em uma ação pontual de recepção aos ingressantes. Dessa maneira, propõe-se:

- Desenvolvimento de recepções específicas para estudantes ingressantes por ações afirmativas;
- Criação de espaços permanentes de escuta e acompanhamento;
- Divulgação acessível e contínua das políticas de permanência estudantil e apoio institucional.

5.1.2. Fortalecimento da permanência estudantil

As dificuldades financeiras apareceram de maneira recorrente nas narrativas das pessoas participantes, demonstrando que a permanência universitária está diretamente relacionada às condições materiais de existência. Muitas estudantes e muitos estudantes relataram a necessidade de conciliar trabalho e estudos, enfrentar longos deslocamentos e lidar com inseguranças relacionadas à alimentação, moradia e transporte.

Essas experiências dialogam com Vaz (2022) e Jesus (2024), que apontam que estudantes negros beneficiários de ações afirmativas continuam enfrentando barreiras econômicas e sociais mesmo após o ingresso na universidade. Desse modo, a política de cotas não pode ser compreendida de forma dissociada das políticas de assistência e permanência estudantil. A partir da articulação entre as experiências narradas e a literatura, compreende-se que garantir a permanência implica criar condições materiais para que estudantes cotistas raciais possam desenvolver suas trajetórias acadêmicas sem que a precariedade econômica constitua um obstáculo à formação.

Nesse contexto, torna-se necessário:

- Ampliação do acesso a bolsas e auxílios e políticas de assistência estudantil;
- Acompanhamento das trajetórias acadêmicas das estudantes e dos estudantes cotistas raciais;
- Desenvolvimento de ações institucionais voltadas à prevenção da evasão universitária.

5.1.3. Formação antirracista nos cursos de Biblioteconomia

As falas das participantes e dos participantes também evidenciaram a permanência de discursos meritocráticos e práticas racializadas dentro dos cursos de Biblioteconomia. Tais experiências reforçam a urgência da construção de currículos e práticas pedagógicas

comprometidas com as relações étnico-raciais e com o enfrentamento ao racismo institucional.

Essa discussão encontra respaldo em Silva, Saldanha e Pizarro (2018), que problematizam a presença da branquitude nas práticas docentes e a insuficiência das discussões sobre relações raciais na formação em Biblioteconomia. Bento (2022) contribui para compreender como privilégios raciais podem ser reproduzidos nas instituições e nos processos de legitimação do conhecimento. Em sentido propositivo, Garcês-da-Silva (2023) defende a valorização de epistemologias negro-africanas e de práticas informacionais comprometidas com o enfrentamento ao epistemicídio e ao racismo. Assim, a formação antirracista constitui uma dimensão necessária tanto para o acolhimento dos estudantes negros quanto para a transformação da própria formação biblioteconômica.

Assim, propõe-se:

- Inclusão de debates étnico-raciais nos currículos dos cursos de Biblioteconomia;
- Ampliação de bibliografias negras, afrocentradas e decoloniais;
- Desenvolvimento de formação continuada para docentes e técnicas/os administrativas/os sobre relações raciais e práticas antirracistas.

5.1.4. Enfrentamento ao racismo institucional

As experiências de discriminação relatadas nas entrevistas demonstram que o racismo institucional permanece presente nas universidades, manifestando-se tanto nas relações interpessoais quanto nas estruturas institucionais. A ausência de mecanismos efetivos de enfrentamento contribui para o silenciamento das denúncias e para o aprofundamento do sofrimento estudantil.

Essa realidade dialoga com Bento (2022), ao evidenciar que as desigualdades raciais são reproduzidas institucionalmente por meio de práticas e privilégios que podem ser naturalizados nos espaços sociais. No contexto educacional, Jesus (2024) e Vaz (2022) também apontam que estudantes negros beneficiários das ações afirmativas continuam enfrentando experiências de racismo e barreiras à permanência mesmo após o ingresso no ensino superior. Assim, o enfrentamento ao racismo institucional exige que as universidades assumam responsabilidade ativa pela identificação, prevenção e enfrentamento dessas práticas.

A partir da articulação entre as experiências narradas e o referencial teórico, torna-se necessário:

- Criação e fortalecimento de protocolos institucionais de denúncia e acompanhamento

responsável de casos de racismo;

- Desenvolvimento de ações educativas permanentes sobre preconceito racial e diversidade;
- Responsabilização institucional diante de práticas discriminatórias.

5.1.5. Fortalecimento do pertencimento e da representatividade

A baixa presença de estudantes, docentes e profissionais negros/as nos espaços, além dos de serviço braçal, universitários apareceu nas narrativas como um elemento que intensifica sentimentos de isolamento e não pertencimento. Nesse sentido, a representatividade torna-se elemento central para a construção de ambientes acadêmicos mais democráticos e inclusivos.

Essa dimensão dialoga com Cardoso (2015), ao destacar a importância da valorização da produção intelectual negra e da mediação da informação para a construção da identidade negra. Também se articula às discussões de Silva, Saldanha e Pizarro (2018) sobre a presença da branquitude nas práticas da Biblioteconomia e de Garcês-da-Silva (2023), que problematiza a invisibilização de epistemologias negro-africanas e defende a valorização da produção intelectual negra na área. Nesse sentido, ampliar a representatividade não significa apenas aumentar numericamente a presença de pessoas negras, mas reconhecer suas contribuições intelectuais, profissionais e culturais como parte constitutiva da Biblioteconomia e da Ciência da Informação.

Assim, recomenda-se:

- Incentivo à criação e fortalecimento de coletivos negros;
- Valorização de pesquisadoras e pesquisadores negros da Biblioteconomia e Ciência da Informação;
- Promoção de eventos, projetos e atividades voltadas às relações étnico-raciais e à valorização da diversidade.

As cinco diretrizes propostas resultam da articulação entre as experiências narradas pelas participantes e pelos participantes e as discussões teóricas sobre ações afirmativas, permanência estudantil, racismo institucional, relações étnico-raciais e Biblioteconomia. Os relatos evidenciaram que os desafios enfrentados por estudantes cotistas raciais ultrapassam o ingresso na universidade, envolvendo condições materiais, reconhecimento, pertencimento, representatividade e enfrentamento às práticas racistas. O diálogo com o referencial teórico permitiu compreender essas experiências não como situações isoladas, mas como expressões

de desigualdades que também atravessam as instituições e a formação biblioteconômica. Nesse sentido, as diretrizes constituem uma proposta integrada de acolhimento e permanência, orientada pela construção de práticas institucionais antirracistas e pelo fortalecimento das trajetórias acadêmicas de estudantes negras e negros.

As diretrizes apresentadas não pretendem esgotar as discussões acerca da permanência estudantil de pessoas cotistas raciais, mas contribuir para a construção de práticas institucionais mais comprometidas com a equidade racial no ensino superior. Mais do que garantir o acesso, torna-se necessário construir universidades capazes de acolher, reconhecer e fortalecer as trajetórias acadêmicas de estudantes negras e negros, assegurando condições dignas de permanência e participação nos espaços universitários.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões apresentadas evidenciam que a democratização do ensino superior não se limita à ampliação do acesso, uma vez que estudantes cotistas raciais ainda enfrentam desafios relacionados ao racismo institucional, à invisibilização e à permanência nos cursos de Biblioteconomia.

Nesse contexto, o acolhimento e a permanência estudantil devem ser compreendidos como responsabilidades institucionais. As diretrizes propostas buscam contribuir para a construção de práticas antirracistas voltadas ao pertencimento, ao reconhecimento e ao fortalecimento das trajetórias acadêmicas desses estudantes.

Por fim, destaca-se a necessidade de ampliar os debates sobre ações afirmativas, permanência estudantil e relações étnico-raciais na Biblioteconomia e na Ciência da Informação, reafirmando o compromisso social dessas áreas com a construção de ambientes acadêmicos mais inclusivos e democráticos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Neilia Barros Ferreira de; BAPTISTA, Sofia Galvão. Breve histórico da Biblioteconomia brasileira: formação do profissional. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: FEBAB, 2013. p. 1-14. Disponível em: http://repositorio.febab.org.br/files/original/8/2396/1508-1521-1-PB.pdf. Acesso em: 1 jun. 2026.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. **Lei nº 5.465, de 3 de julho de 1968**. Dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola. Brasília, DF: Presidência da República, 1968. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l5465.htm. Acesso em: 16 maio 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 12 jan. 2026.

CARDOSO, Francilene do Carmo. **O negro na biblioteca**: mediação da informação para a identidade negra. Curitiba: CRV, 2015.

DOMINGUES, Petrônio. Um "templo de luz": Frente Negra Brasileira em história da educação no Brasil. *In*: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (org.). **A história da educação dos negros no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2016. p. 329-362.

FONSECA, Dagoberto José. **Políticas públicas e ações afirmativas**. 2. ed. São Paulo: Summus, 2024.

FONSECA, Marcus Vinícius. A população negra no ensino e na pesquisa (1931-1937) e a questão da educação. *In*: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (org.). **A história da educação dos negros no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2016. p. 23-50.

GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro. **Biblioteconomia negra**: das epistemologias negro-africanas à teoria crítica racial. Rio de Janeiro: Malê, 2023.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2022.

JESUS, Rodrigo Ednilson de. **Quem quer pode ser negro no Brasil?** Belo Horizonte: Autêntica, 2024.

LAURINDO, Kariane Regina. **Informação e memórias que resistem**: quilombo Vidal Martins em Florianópolis. 2021. 118 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Informação) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: http://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/000092/00009252.pdf. Acesso em: 19 abr. 2026.

LAURINDO, Kariane Regina. **Vozes cotistas**: a história oral dos estudantes negros nas políticas de ações afirmativas em biblioteconomia. 2025. 360 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2025. Disponível em: http://hdl.handle.net/1843/83277. Acesso em: 6 abr. 2026.

MAGALHÃES, Wallace Lucas. **A "Lei do Boi" como estratégia da burguesia rural**: o caso da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1968-1985). 2015. 178 f. Dissertação

(Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015. Disponível em: https://tede.ufrrj.br/bitstream/jspui/1770/2/2015%20-%20Wallace%20Lucas%20Magalhaes.pdf. Acesso em: 20 jan. 2026.

MENDES, Rafael Pereira da Silva. **Meritocracia**. [*S. l.*]: Brasil Escola, 2024. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/meritocracia.htm. Acesso em: 24 maio 2026.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **A cor do inconsciente**: significações do corpo negro. São Paulo: Perspectiva, 2021.

OLIVEIRA, Henry Pôncio Cruz de. **Afrodescendência, memória e tecnologia**: uma aplicação do conceito de informação étnico-racial ao projeto "A Cor da Cultura". 2010. [XX] f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010. Disponível em: https://www.yumpu.com/pt/document/read/12880837/afrodescendencia-memoria-e-tecnologia-uma-aplicacao-. Acesso em: 6 maio 2026.

RAMOS, Lindolfo. As aulas publicas. **O Exemplo**: jornal do povo, Porto Alegre, ano 2, n. 45, 18 dez. 1904. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=843717&pagfis=97. Acesso em: 25 maio 2026.

SILVA, Franciele Carneiro Garcês; SALDANHA, Gustavo Silva; PIZARRO, Daniella Camara. A branquitude nas práticas docentes em biblioteconomia e ciência da informação: notas teórico-críticas sobre um ensino que promove o preconceito racial. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: ENANCIB, 2018. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/102318. Acesso em: 13 maio 2026.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

VAZ, Lívia Sant'Anna. **Cotas raciais**. São Paulo: Jandiara, 2022. (Feminismos Plurais).